



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo fluxos migratórios e políticas sociais

Migração feminina à luz do eurocentrismo, colonialismo e teoria da dependência

Cristiane Matiazzi Posser¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo propor reflexões sobre o eurocentrismo, o colonialismo e a teoria da dependência. Ademais, à luz destas categorias, a formação do capitalismo brasileiro impacta as condições da classe trabalhadora, em especial mulheres em situação migratória que possuem o Brasil como destino, considerando o país como historicamente explorado pelos países capitalistas centrais, com uma herança escravocrata, políticas imigrantistas brancas e em situação de país colonizado. Além disso, busca-se compreender como estas particularidades se expressam na realidade da migração feminina e como esta é condicionada aos ditames do regime do capital.

Palavras-chave: Modernidade eurocêntrica; Colonialismo; Teoria da dependência; Mulheres migrantes.

Abstract: This article aims to propose reflections on eurocentrism, colonialism, and dependency theory. Furthermore, in light of these categories, the formation of Brazilian capitalism impacts the conditions of the working class, especially women in migratory situations who have Brazil as their destination, considering the country as historically exploited by central capitalist countries, with a legacy of slavery, white immigrant policies, and as a colonized country. In addition, the goal is to understand how these particularities manifest in the reality of female migration and how it is conditioned by the dictates of the capitalist regime.

Keywords: Eurocentric modernity; Colonialism; Dependency theory; Migrant women.

1. INTRODUÇÃO

[...] a agudização da exploração de uma parcela da massa trabalhadora com base no recorte racial, a opressão de homens contra mulheres e a discriminação de grupos por causa da origem nacional ou do credo religioso são aspectos que não devem deixar de ser avaliados por meio do materialismo histórico, pois constituem elementos da realidade que podem potencialmente promover novos ciclos de desenvolvimento da luta de classes (Devulsky, 2016, p. 29).

Este trabalho possui como objetivo tecer uma reflexão sobre a realidade de mulheres migrantes que se deslocam em países periféricos, para isso se utilizou-se das categorias eurocentrismo, o colonialismo e a teoria da dependência, enquanto elucidativas para tal

¹ Bacharela em Serviço Social, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC, bolsista CAPES; cristianematiazziposser@gmail.com.



finalidade. Ressalta-se que de forma alguma pretende-se esgotar as discussões sobre os temas abordados, mas, tão somente, lançar luz sobre essa temática e suscitar mais debates, visando aproveitamento teórico e prático.

Com esse intuito, no primeiro momento do trabalho será exposto sobre a modernidade eurocêntrica, em como este momento da história transforma a construção do mundo, ocasionando uma uniformização da cultura, isto pois, foi imposta uma só língua e/ou ainda a ideia da superioridade racial. Do mesmo modo, serão apresentados os diferentes conceitos de modernidade, bem como, o início do colonialismo e a organização colonial do mundo.

Em segundo momento são esboçados elementos da afirmação do modo de produção capitalista, em como este é vendido como ideia de avanço, de progresso da ciência e moral. Todavia, o que se apresenta na materialidade de sua formação social, principalmente nos países latino-americanos é o oposto. Isto pois, lançando luz sobre a teoria da dependência, observa-se a América Latina reservada a superexploração do trabalho, desemprego, sistemas educacionais deficientes, seguridade social corroída, sistema habitacional em crise, mulheres negras ou indígenas, migrantes duplamente ou triplamente discriminadas.

Por último, será evidenciado elementos da formação social brasileira, situada no modo de produção capitalista, de modo a demonstrar que esta implica diretamente nas condições de vida que mulheres migrantes e/ou refugiadas que se encontram em território brasileiro. De mesma maneira, será apontado em como essas mulheres estão condicionadas aos ditames do capital.

2. MODERNIDADE EUROCÊNTRICA E COLONIALISMO COMO ANÁLISE NECESSÁRIA PARA DESCORTINAR O PRESENTE

Inicia-se tal reflexão com a seguinte passagem do autor Benjamim “Então, foi-nos dada, como a todas as gerações que nos antecederam, uma tênue força messiânica a que o passado tem direito. Não se pode rejeitar de ânimo leve esse direito. E o materialista histórico sabe disso.” (1987, p. 6). Dito isto, no primeiro momento deste trabalho, de forma sucinta, buscar-se-á compreender do que somos herdeiros enquanto sociedade, isto é, um país colonizado com relações sociais assentadas no trabalho escravo.

Fundamental pontuar que “A conquista ibérica do continente americano é o momento inaugural de dois processos que articuladamente conformam a história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo.” (Lander, 2005, p. 10). Enquanto advento da modernidade, explana-se que



[...] foi a idade da hegemonia europeia sobre o resto do mundo à custa de relações de poder advindas do controle das formas de produção econômica (trabalho e recursos naturais), de construção do conhecimento (ciência como única forma legítima de saber) e da essencialização e hierarquização das identidades subjetivas (raça e gênero como elementos centrais de negação de humanidade) (Bragato, 2016, p. 1807).

Para Dussel existem dois conceitos que podem ser atribuídos a modernidade, sendo que o primeiro deles

[...] eurocêntrico, provinciano, regional. A modernidade é uma emancipação, uma “saída” da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano. Este processo ocorreria na Europa, essencialmente no século XVIII (Dussel, 2005, p. 28).

Mas, ainda segundo Dussel, deve-se propor uma segunda visão da modernidade, sendo este, adotado mundialmente, do qual

[...] consistiria em definir como determinação fundamental do mundo moderno o fato de ser (seus Estados, exércitos, economia, filosofia, etc.) “centro” da História Mundial. Ou seja, empiricamente nunca houve História Mundial até 1492. Antes dessa data, os impérios ou sistemas culturais coexistiam entre si (Dussel, 2005, p. 28).

De suma importância destacar nesse processo o entendimento de que a Europa Moderna utiliza-se da conquista da América Latina para conquistar sua superioridade sobre as antigas culturas, isto é:

As minas de prata de Potosi e Zacatecas (descobertas em 1545-1546) permitem o acúmulo de riqueza monetária suficiente para vencer os turcos em Lepanto vinte e cinco anos depois de tal descoberta (1571). O Atlântico suplanta o Mediterrâneo. Para nós, a “centralidade” da Europa Latina na História Mundial é o determinante fundamental da Modernidade (Dussel, 2005, p. 29).

Sendo assim, a extração de valor desse território mudou a história, apesar da história não ser assim contada. Mas, a modernidade não se trata somente de uma racionalidade, trata-se também de componentes irracionais, para além do universalismo, cidadania, dos quais resultam em uma ideia emancipatória, mas a ideia do poder sobre os povos indígenas, ou ainda “Modernidade” é justificativa de uma práxis irracional de violência.” (Dussel, 2005, p. 30).

Desta maneira o conceito de “Europa” na modernidade é totalmente distinto do cunhado da Europa mitológica, sendo, portanto, “[...] a diacronia unilinear [...] um invento ideológico de fins do século XVIII romântico alemão; é então uma manipulação conceitual posterior do “modelo ariano”, racista” (Dussel, 2005, p. 25).



Com o início do colonialismo² na América, inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens e da memória (Lander, 2005, p. 10).

Isto é, quanto se trata da formação da sociedade brasileira, é imprescindível falar de monumentos que não são isentos de barbáries. Logo, uma vez “colonizados” por Portugal, é fundamental destacar que a sociedade portuguesa é herdeira de uma sociedade hierarquizada. A formação histórica de Portugal e Espanha resultam da colonização ibérica. Conforme esboça brilhantemente González (2020):

[...] as sociedades ibéricas se estruturaram de maneira altamente hierarquizada, com muitas castas sociais diferenciadas e complementárias. A força da hierarquia era tal que se explicitava até nas formas nominais de tratamento, transformadas em lei pelo rei de Portugal e de Espanha em 1597 (p. 47).

Dito isto, evidentemente, somos resultantes de estruturas onde não há espaço para igualdade, logo, para pluralidade de grupos étnicos. Isto é, as sociedades latino-americanas são herdeiras de ideologias de classificação social, sejam estas raciais ou sexuais, assim como de técnicas jurídicas e administrativas de metrópoles ibéricas (González, 2020).

2.1 A afirmação do modo de produção capitalista e a teoria marxista da dependência

É partir de tais bases mencionadas no subitem anterior que se entende que, em meados de 1860, o capitalismo se insere no vocabulário econômico e político do mundo, do qual, como hegemonicamente foi difundido:

Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro. Uma economia assim baseada, e portanto repousando naturalmente nas sólidas fundações de uma burguesia composta daqueles cuja energia, mérito e inteligência elevou-os a tal posição, deveria – assim se acreditava – não somente criar um mundo de plena distribuição material, mas também de crescente felicidade, oportunidade humana e razão, de avanço das ciências e das artes, numa palavra, um mundo de contínuo e acelerado progresso material e moral (Hobsbawm, 1997, p. 17).

Todavia, sob quais condições materiais esse “avanço” é construído? Marx (2013) destaca um importante momento da história que é de suma importância para tal reflexão, a denominada acumulação primitiva. Esta consiste:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva

² “A ideia de raça e a naturalização de uma relação de inferioridade; e a constituição de uma estrutura de trabalho baseada na servidão e na escravidão a serviço do comércio internacional” (Vieira; Oliveira, 2020, p. 125).



para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista (Marx, 2013, p. 998).

Importante momento de consolidação dessa estrutura perversa está no século XIX, na chamada Revolução Industrial, da qual ocasionou importantes mudanças no sistema econômico do capitalismo, a apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. A classe burguesa tomava posse da riqueza produzida pela classe trabalhadora, enquanto esta (proletariado) inteirava-se do processo de alienação do trabalho e da pobreza.

[...] a Revolução Industrial, iniciada e largamente confinada à Inglaterra, e a transformação política associada e largamente confinada à França. Ambas implicaram o triunfo de uma nova sociedade, mas se ela deveria ser a sociedade do capitalismo liberal triunfante, ou aquilo que um historiador francês chamou "os burgueses conquistadores", pareceu sempre mais incerto para os contemporâneos do que para nós (Hobsbawm, 1997, p. 18).

Além disso, Marx (2013) explana que durante o contexto da acumulação primitiva, com a burguesia em ascensão e a exploração da força de trabalho, surge o Estado, com caráter burguês. De acordo com Devulsky (2016) o Estado é uma forma específica do capitalismo

[...] cujas práticas são moduladas pela fase de acumulação experimentada, bem como por suas crises cíclicas, ou orgânicas. Compreendido como instância apartada a intermediar e garantir a troca de mercadorias, assegurar a venda da força de trabalho constitui seu papel fundamental (Devulsky, 2016, p. 25).

O Estado atua também enquanto regularizador do dinheiro, ou seja, das leis do mercado, intervenções fiscais,

[...] à criação do crédito e às redistribuições de impostos, passando pelo fornecimento de infraestruturas sociais e físicas, controle direto das alocações de capital e de trabalho, bem como dos salários e dos preços, nacionalização de setores essenciais, restrições ao poder da classe trabalhadora, vigilância policial, repressão militar etc. (Harvey, 2008 , p. 104).

Destaca-se que a formação social sob a égide do capitalismo não apresenta disposição ao equilíbrio, logo, suas crises são inerentes, são resultantes de sua dinâmica do capital, que é contraditória. Isto posto, outro momento importante a ser destacado para compreender a América Latina em termos econômicos na atualidade, é a crise do final dos anos 1960, da qual perpassa os anos 70 e 80 e tem nos anos 1990 seu ápice (Nakatani, 2020).

Também com base no neoliberalismo, de maneira a promover essa transformação das relações econômicas internacionais e organizar a economia mundial de acordo com os interesses dos centros capitalistas, na mesma época, também é possível incrementar também a projeção de uma ofensiva ideológica por parte dos EUA. Sendo estes pontos como:



[...] a derrubada das barreiras comerciais que protegeram, no após guerra a industrialização da periferia, assim como a redução do Estado, que implica – mediante a privatização das empresas públicas – abrir espaço ao capital privado em áreas que o setor público desbravou e, em geral, debilitar a capacidade das economias dependentes para resistir às pressões externas – capacidade que só o Estado, enquanto força política concentrada assegura (Marini, 1992, p. 52-53).

Como estratégia capitalista para perpassar tal crise e iniciar uma nova fase de acumulação de capital, surge o neoliberalismo³. De acordo com Marini (1992), é com o neoliberalismo que na América Latina os interesses imperialistas são inseridos, “[...] no contexto da reconversão econômica que a região é forçada a proceder, ante as mudanças que sofre a economia internacional” (Marini, 1992, p.100). Sendo assim, tal período é marcado pela transferência⁴ do excedente produzido na periferia para o centro (especialmente para os EUA). Outro modo de forçar os países dependentes a contribuírem com a superação da crise nos países centrais, foi a utilização da sua dívida externa, de maneira que

Entre 1982 e 1989, o movimento de capitais da América Latina implicou uma transferência líquida de recursos de 203 bilhões de dólares, equivalente a 49% do total da sua dívida externa bruta em 31 de dezembro de 1989; neste último ano, a soma aproximada de 23 bilhões de dólares que ela transferiu corresponde a 3% do seu PIB total (Marini, 1992, p. 44).

Soma-se a tais manobras, o fato de que nos países latino-americanos ocorre o aumento da superexploração do trabalho, crescimento do desemprego, abertura da economia informal. Da mesma maneira, “[...] A penúria do Estado acarretou, por sua vez, a decadência dos já deficientes sistemas educacionais e de saúde, deteriorou ainda mais a seguridade social e levou à crise a questão habitacional” (Marini, 1992, p. 52-53).

Outrossim, Marini (1992) também alerta que essa condição de países dependentes em que os países latino-americanos são estrategicamente inseridos após a reconversão neoliberal, enquanto consumidores, estes continuam afligindo-se com preços internos mais altos que os internacionais, tudo para que as altas taxas de lucros sejam garantidas para capitalistas locais.

É absurdo que o Estado disponha dos escassos recursos que arranca da população para reduzir os preços dos produtos de exportação, subsidiando os consumidores dos países ricos, ao mesmo tempo que diminui sua receita, ao fazer com que as empresas públicas pratiquem preços artificialmente baixos, seja para assegurar a taxa de lucros exigida pelos capitalistas que utilizam seus insumos, seja para rebaixar os preços dos bens de exportação (Marini, 1992, p. 57-58).

³ “O neoliberalismo é a arma que utilizam os grandes centros capitalistas e a fração moderna das burguesias nacionais para impor sua hegemonia no plano político” (Marini, 1992, p. 56).

⁴ Tal transferência de valor ocorre desde o colonialismo.



Posto isto, é imperioso alocar neste momento do trabalho a teoria da dependência, da qual se conforma enquanto pensamento a partir de trabalhos publicados entre 1964 e 1967. Nesta, parte-se da noção de que o capitalismo é um sistema mundial, no qual as burguesias latino-americanas realizam intercâmbios desiguais para os países centrais, de modo a sofrerem prejuízos no ganho de mais-valia. Por isso, nos países dependentes ocorre a superexploração do trabalho para extração do trabalho excedente. (MARINI, 1992). Ademais:

[...] a teoria da dependência parte da noção do capitalismo como um sistema mundial; mas, [...] não considera o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como etapas de um continuum: eles serão vistos, antes, como realidades distintas e contrapostas, ainda que estruturalmente vinculadas. O subdesenvolvimento não é uma etapa que precede o desenvolvimento, ele é um produto do desenvolvimento do capitalismo mundial; neste sentido, ele corresponde a uma forma específica de capitalismo, que se apura em função do próprio desenvolvimento do capitalismo (Marini, 1992, p.88).

Desta maneira, considerou-se necessário, no primeiro e segundo momento deste trabalho este resgate histórico, conceitual e com breves elementos sobre como o sistema capitalista de produção se estrutura, em como a modernidade eurocêntrica e colonialismo explicam ideologias hegemônicas como o racismo. Logo, estes são fundamentais para compreender a realidade que enfrentam as mulheres migrantes e/ou refugiadas que se deslocam em países periféricos.

2.2 Formação social brasileira e mulheres migrantes e/ou refugiadas condicionadas aos ditames do capital

Marini (1992, p.93) sinaliza que “Numa formação social, mesmo a mais desenvolvida, o modo de produção dominante coexiste com relações de produção de outra natureza, que ele refuncionaliza sem destruir inteiramente. [...]”. Incorpora-se ainda que, o modelo de produção vigente no Brasil Colonial era uma mescla de capitalismo comercial, relações pré-capitalistas, com servidão e o escravismo. (Santos, 2008).

Em um contexto de pós-abolição da escravatura brasileira, destaca-se ainda: a mão de obra negra foi substituída por uma política de importação de imigrantes brancos, provenientes de regiões da Europa, “[...] mas com a garantia de que dos cofres públicos viria a solução imigrantista para ocupar o lugar do imprescindível trabalho escravo, a carroça do atraso paulista, sem charme e sem escrúpulo algum, aderiu à abolição” (Gonçalves, 2018, p. 517). Tal demonstração é exemplo de como historicamente a mão de obra vinda de fora do país foi opção para substituição da exploração, mas, mais do que isso, diz o quanto a



construção do capitalismo brasileiro é assentado nos princípios da ideologia do branqueamento⁵.

Após a abolição da escravatura, as migrações de sentido Norte-Sul estavam ligadas às políticas de embranquecimento populacional promovidas em âmbito nacional nos meados e fim do século XIX, as quais ganharam embasamento no Racismo Científico. Durante períodos de crescimento da economia brasileira pós escravidão, foi incentivada a vinda de diversas nacionalidades europeias para habitar o País e ocupar os postos deixados pelos escravizados nas lavouras e campos (Silva; Muller; Silveira, 2018, p.283).

A formação social brasileira, evidentemente é constituída a partir do racismo⁶, estrutura que ainda reflete diretamente na questão social brasileira, pois, em conformidade com a Agência IBGE Notícias (2019), a população preta ou parda representa 72,7% dos pobres, o equivalente a 38,1 milhões de pessoas. Dentre estas, as mulheres pretas ou pardas vivem em uma realidade de exclusão social ainda maior do que os homens, representando 27,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza.

Portanto, o Brasil enquanto país colonizado, tem sua estrutura de classe social e exploração diferenciada dos países colonizadores (Cisne, 2018). Tais elementos da formação social brasileira são essenciais para compreender como estas incidem diretamente nas condições de mulheres migrantes ou em deslocamentos forçados que possuem em seu curso o território brasileiro.

A migração é o movimento de atravessar uma fronteira internacional ou a de um Estado, sendo compreendida como qualquer deslocamento de pessoas, isto é, indiferente da extensão, composição ou das causas, como por exemplo a migração de refugiados. Já por migração forçada entende-se um termo geral que é usado para um movimento migratório que tem um elemento de coação, seja por ameaçar a vida ou a sobrevivência dos indivíduos, e possui origem em causas naturais ou provocadas pelo homem, como pessoas deslocadas devido a desastres ambientais ou a fome (OIM, 2009).

Isto dito, de maneira a explicar tais deslocamentos em um contexto de sociabilidade capitalista, torna-se primordial para citar a categoria elencada por Marx, fundante do modo de produção capitalista, o exército industrial reserva, que se encontra “[...] sempre disponível, dizimado durante parte do ano pelo mais desumano trabalho forçado e, durante

⁵ Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria raça e da própria cultura (González, 2020, p. 47-48).

⁶ “O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas [...]” (González, 2020, p. 47).



a outra parte, degradado pela falta de trabalho” (2013, p, 672). Este contingente tem papel fundamental nas economias capitalistas, uma vez que se trata da

[...] existência de um serviço de reserva e de mão-de-obra de produção, uma classe de trabalhadores que podem ser empregados com salários abaixo da média durante períodos de expansão econômica e sumariamente demitidos sem graves consequências políticas durante períodos de contração [...] (Barbosa, 2017, p. 146).

Tal classificação de mão de obra enquadra-se na situação de mulheres migrantes, de acordo com o observado em uma breve revisão bibliográfica, a exemplo do evidenciado em mulheres haitianas que migram para o Brasil. Uma vez inseridas no país, estas recebem, em sua maioria, apenas ofertas de empregos relacionados a cuidado, seja ele de crianças, idosos ou como empregadas domésticas, sem qualquer vínculo empregatício formal – conseqüentemente, sem direitos trabalhistas –, sendo extremamente úteis para a geração de mais valor.

Em conformidade com Sousa e Macêdo (2016), historicamente a migração de mulheres estava ligada à reunificação familiar, contudo, nos últimos tempos, vem ocorrendo um crescimento de mulheres que se deslocam sozinhas para buscar trabalho. Isto se relaciona diretamente com o aumento da demanda por trabalho doméstico (serviço de limpeza, cuidado com crianças e idosos), o que se traduz na busca por mão de obra feminina.

No Brasil, é possível observá-lo como um país que serve à acumulação dos países capitalistas centrais e, logo, que precisa extrair ainda mais excedente da mão de obra assalariada das/o trabalhadoras/es, fazendo com que o trabalho destas/es se torne ainda mais precário e alienado, principalmente para alguns segmentos da sociedade. Conforme Bertoldo assinala,

Assim como no advento do modo de produção capitalista a mão de obra infantil e de mulheres das classes mais baixas foi fundamental e necessária para maximização de lucros, hoje também a mão de obra migrante é útil à reprodução capitalista pela ampla exploração que a condição migratória proporciona (2018, p. 320).

Advento que demonstra tal situação é o que foi constatado na pesquisa de Silva; Muller e Silveira (2018) sobre singularidade de imigrantes africanos na região da grande Florianópolis – SC. Nesta, menciona-se que grande maioria dessas pessoas encontra-se dispostas em vagas de trabalho que são em níveis inferiores ao da sua escolaridade. Referente aos que possuem diplomas universitários, em sua maioria obtidos na África, encontram problemas para sua validações, logo, de desempenhar funções compatíveis com seu grau.

Ou seja, nesta nação há um subaproveitamento do potencial dessas pessoas que, muitas vezes, são privadas de colocação no mercado de trabalho devido a



dificuldades de validação, ou em decorrência do racismo estrutural que afeta os(as) negros(as), sejam brasileiros(as) ou estrangeiros(as) (Silva; Muller; Silveira, 2018, p.285).

Ademais, é imprescindível mencionar a privação dessas mulheres migrantes no acesso à justiça local, seja pelo não acesso a informações ou pela barreira linguística, ao mesmo tempo em que existe uma inaptidão de funcionários públicos para seu atendimento, bem como a ausência de políticas direcionadas especificamente para esse segmento da sociedade. Assim sendo, “a afirmação de que somos todos iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista nas nossas sociedades” (González, 2020, p. 47).

Com as singularidades da migração feminina destacadas acima, e em conformidade com Bertoldo (2018), nesse momento de acumulação do modo de produção capitalista, “[...] a mão de obra migrante é útil à reprodução capitalista pela ampla exploração que a condição migratória proporciona” (2018, p. 320). Sousa e Macêdo (2016) evidenciam a permanente contradição do modo de produção capitalista, em que o mercado possui liberdade absoluta para o capital transnacional, enquanto o direito de ir e vir das pessoas em busca de trabalho ou condições dignas de vida é limitado.

Nesse modo de produção, a livre circulação das pessoas só é assegurada quando exigida pela economia. Assim, as pessoas em situação de migração, em especial as mulheres, são extremamente subordinadas às demandas do capital e, com isso, ainda estão sujeitas à “dívida, à retenção de documentos, ao espancamento, à pressão psicológica, aos maus tratos físicos, ao assédio sexual, à humilhação e ao estupro” (Sousa; Macêdo, 2016, p. 70).

Conectada a tais denúncias de situação de vulnerabilidade que mulheres em situação de deslocamento se encontram está a relação com a documentação e sua condição migratória irregular. Isto as leva a estarem ilegais e indocumentadas dentro de um país, sendo esta uma das principais causas que as deixam mais expostas à exploração no trabalho ou até mesmo ao desemprego. Além disso, essa situação irregular provoca a dificuldade para o acesso a políticas públicas e/ou serviços que o Estado oferta.

Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo: dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano (González, 2020, p. 50).

À vista disso, é fundamental que o Serviço Social se aproprie de tais particularidades, de modo a revelar o fato de que a classe trabalhadora possui distinções em exploração enquanto sexo e etnia. Só assim será possível pensar em políticas públicas que realmente reconheçam todas essas explorações, auxiliem em seu enfrentamento e se



articulem para a formação de uma nova ordem societária, sem qualquer tipo de dominação ou exploração.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

“Para além de ser uma condição perene, a dominação do capital é um fenômeno histórico que necessita ser superado no caminho à emancipação humana.” (PAIVA; LUZ, 2022, p. 8)

Tais percursos e movimentos históricos que foram pontuados nesta breve reflexão são essenciais para compreender por que motivos a pobreza, superexploração do trabalho, racismo etc. se faz tão presente na América Latina, território do qual, com suas riquezas financia a riqueza de países centrais. Logo, é importante lembrar Darcy Ribeiro (1970) que menciona que estamos em uma dinâmica que produz desigualdade, logo, portanto, o problema do Brasil não é o povo, isso é o que a ideologia racista e eurocêntrica manipulou.

Ter enquanto horizonte de análise categorias como a modernidade eurocêntrica, colonialismo e teoria da dependência são fundamentais para não recairmos em uma “espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco” (González, 2020, p. 46). Isto é, a luta por uma verdadeira emancipação humana não pode ser encerrada somente no âmbito da legalização, pois o mesmo direito que mantém privilégios aos que acumulam capital, de modo a manter essa organização desigual e violenta enquanto sociedade, reconhece também pessoas negras, mulheres migrantes enquanto sujeitos de direito.

O mencionado também é fundamental para compreender a realidade de mulheres migrantes no Brasil, assim como, para que assistentes sociais pensem e executem políticas sociais que devem ser implantadas em um país de economia tipo dependente. Ressalta ainda que é urgente a participação da comunidade migrante e/ou refugiada na definição de projetos que possam as beneficiar. É preciso que o “iguais perante a lei” não só garanta a igualdade absoluta das nacionalidades/etnias mas também reconheça seus direitos religiosos e linguísticos, repudiando todo tipo de discriminação. Só assim será possível construir uma nação multiétnica, pluricultural e multilíngue, com a eliminação da exploração social e a qualquer forma de opressão.

Portanto, é inadiável que a América Latina repense seus sujeitos históricos, a condição da classe trabalhadora latino-americana. É urgente dar fim as transferências de



valor ao setor empresarial privado, é preciso que os gastos estatais sejam redirecionados para

[...] as políticas sociais, com prioridade – além da saúde – para a educação, condição sine qua non para que a população latino- americana seja capaz de ajustar-se as exigências que as mudanças técnico-científicas acarretam a nível da produção e dos serviços, além de ser instrumento indispensável a elevação política e cultural dos trabalhadores (Marini, 1992 p. 62).

Sendo assim, é primordial travar uma luta anti-imperialista, de modo a nacionalizar todas as riquezas básicas que estão nas mãos do capital estrangeiro. Uma luta anticapitalista, de modo que a produção, a riqueza produzida pela sociedade se torne responsabilidade de um Estado que faça a distribuição igualitária da mesma a todas as pessoas. Uma reforma agrária total, eliminando o latifúndio. Mas, como fazer com que a na atualidade a classe trabalhadora tome consciência destas questões? Com toda certeza, enquanto assistentes sociais, devemos buscar diariamente meios para viabilizar respostas para essa questão, para que então uma verdadeira emancipação humana seja materializada.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Síntese de Indicadores Sociais. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos**. [s. l.], nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CXRJV6>. Acesso em: <https://bit.ly/3CXRJV6>. Acesso em: 02 mar. 2024.

BARBOSA, R. F. Breves comentários sobre as teorias marxistas de imigração. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 17, n. 197, p. 143-149, out. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2X0jJXC>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BENJAMIM, W. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIM, W. **Magia e Técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 222-234.

BERTOLDO, J. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 313-323, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3rXLUBG>. Acesso em: jan. 2024.

BRAGATO, F. F. Discursos desumanizantes e violação seletiva de direitos humanos sob a lógica da colonialidade. **Quaestio Iuris**, [s. l.], v. 9, p. 1806-1823, 2016.

CISNE, M.; SANTOS, S. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

DEVULSKY, A. Estado, racismo e materialismo. **Margem esquerda**, São Paulo: Boitempo, v. 27, 2. sem. 2016, p. 25-30.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 25-34.



GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, p. 514-522, 2018.

GONZÁLEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** [e-book]. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOBBSAWM, E. J. **A Era do Capital**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 8-23.

MARINI, R. M. **América Latina: dependência e integração**. 1 ed. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1992.

MARX, K. **O Capital**, Livro I [e-book]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

NAKATANI, P. O capitalismo em crise: reforma ou revolução? *In*: GARCIA, M. L. T.; BERNARDES, F. (org.). **CONTRARREFORMAS ou REVOLUÇÃO: respostas ao capitalismo em crise**. São Paulo: Cortez Editora, 2020, p. 21-51.

Organização Internacional para as Migrações (OIM). **Direito Internacional da Migração: Glossário sobre Migração**. n. 22. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3qjxtHv>. Acesso em: 02 de fev. 2024.

PAIVA, B.; LUZ, D. A. da. BUROCRACIA E SUPEREXPLORAÇÃO: determinantes da organização estatal dependente. *In*: IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social–SENASS, 2022. Florianópolis. **IV anais Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social–SENASS**. Florianópolis: UFSC, 2022. p. 1-10.

PAIVA, B. A. de.; OURIQUES, N. D. Uma perspectiva latino-americana para as políticas Sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 9 n. 2, p. 166-175, 2006.

RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira S.A., 1970.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. 2008. 217 f. Tese (Doutorado em Serviço Social, Escola de Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, K. de S.; MULLER, J.; SILVEIRA, H. M. da. Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em Florianópolis. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 281-292, 2018.

SOUSA, T. R.; MACEDO, A. C. Fluxos migratórios, tráfico de mulheres e feminização da pobreza. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 67-77, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3inAzrw>. Acesso em: 11 jan. 2024.

VIEIRA, R. G.; OLIVEIRA, R. A Construção da Nação no Brasil Imperial: uma análise sob a luz dos estudos decoloniais. **Revista de estudos e pesquisas sobre as américas**, v. 14, p. 123-144, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3CQYHv1>. Acesso em: 23 jan. 2024.